



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 39557 - SP (2019/0387143-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECLAMANTE : ELCIO MUNIZ DA SILVA
ADVOGADO : LAÉRCIO FERNANDES JUNIOR - SP395277
RECLAMADO : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTERES. : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO SALVADO DA RESSUREICAO - SP083480

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. PEDIDO DE REFORMA DE ACÓRDÃO DO STJ PROFERIDO EM AGINT EM ARESP. INDICAÇÃO DE PRECEDENTE DO STJ EM IAC OU IRDR VIOLADO: NÃO OCORRÊNCIA. INDICAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA VINCULANTE OU DECISÃO DO STF EM CONTROLE CONCENTRADO: NÃO OCORRÊNCIA. RECLAMAÇÃO UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. RECLAMAÇÃO LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de reclamação contra decisão que não conheceu de Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial n. 1.514.240/SP (autos n. 2019/0147125-9).

Aduz que o objeto dos autos principais visa a anulação de ato que lhe retirou graduação e aplicou a sanção de cassação de aposentadoria. Suscita que a cassação de aposentadoria é indevida, porque *extra petita*. Ademais, suscita que os Tribunais de Justiça Militar não possuem competência para exame de benefício previdenciário. Ressalta que suas pretensões presentes nesses autos principais são - nitidamente - de natureza jurídica. Aduz que não existe lei estadual específica disciplinadora de cassação de proventos.

A anulação do julgado proferido no AgInt no AREsp n. 1.514.250/SP é defendida, em face da indevida ausência de qualquer base legal em sua fundamentação (e-STJ fl. 12): "posto que a representação proposta com fundamento no artigo 125, 4º, da CF/88 tem seu alcance única e exclusivamente para análise do fato pelo qual a condenação do Autor teria ou não afetado o decoro da classe militar." Em síntese, afirma que visa reconhecer e rechaçar é a inconstitucionalidade do acórdão atacado, tendo em vista o desrespeito ao contido nos arts. 1º, III, 5º, LIV, LV, LIII e XXXVI, 6º, § 4º, IV, e 125, § 4º, da CF/1988, e os arts. 128 e 460 do CPC/1973, e o art. 6º da LIND.

É o relatório. Passo a decidir.

A pretensão não merece acolhida.

A apresentação de reclamação é possível nos termos do art. 988 do CPC/2015, segundo o qual:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de

constitucionalidade;

IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;

No caso dos autos, o recorrente não busca a preservação de competência do STJ e nem a autoridade de suas decisões, tendo em vista que o julgado impugnado é deste próprio Tribunal. Não houve, também, indicação de violação de alguma súmula vinculante ou de uma decisão do STF proferida em controle de constitucionalidade. Também não houve demonstração de que o acórdão impugnado contraria precedente do STJ proferido em IRDR ou em IAC.

Portanto, observa-se que a pretensão do ora recorrente possui nítido caráter de sucedâneo recursal, razão pela qual a reclamação não pode ser conhecida. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO RECLAMAÇÃO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. RECLAMAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. DESCABIMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - O Reclamante pretende atacar acórdão proferido em julgamento de Agravo de Instrumento pela Corte local, mediante o qual foi reformada decisão exarada por juiz de primeira instância, situação, contudo, que não se enquadra nas hipóteses de cabimento da Reclamação, sendo vedado o seu uso para fins de sucedâneo recursal. Precedentes.

III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno improvido.

(AgInt na Rel 39.088/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/03/2020, DJe 13/03/2020)

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE DO PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NO JUIZADO ESPECIAL, ESTADUAL OU DA FAZENDA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE ACÓRDÃO DO STJ VIOLADO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I - Trata-se de reclamação que visa garantir a autoridade de decisão monocrática proferida nos autos do Recurso Especial n. 1.306.727/SP, decisão esta que, segundo o autor, reconhece ser incompatível o procedimento de liquidação de sentença no Juizado Especial, Estadual, Federal ou da Fazenda Pública. Nesta Corte, em decisão monocrática, não se conheceu da reclamação.

II - A Constituição Federal prevê, em seu art. 105, I, f, os casos de reclamação ao STJ: "Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: (...) f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões". No caso, não há contrariedade a nenhum julgado desta Corte Superior, nem usurpação de competência do STJ.

III - A reclamante não indicou acórdão do STJ que teria sido violado, não se podendo imaginar que eventual divergência jurisprudencial entre o acórdão

reclamado e as razões utilizadas pelo Tribunal de origem, colacionadas no bojo de um precedente em decisão monocrática, configure afronta à autoridade das decisões desta Corte Superior, mormente quando a decisão indicada como descumprida aplicou o óbice do enunciado da Súmula n. 7/STJ, sem sequer adentrar o mérito.

IV - Fica claro que a parte autora utiliza da reclamação como sucedâneo recursal, cuja questão deveria ter sido aviada por meio do instrumento processual adequado. Ressalta-se que a reclamação não pode ser usada como substitutivo de recurso. Nesse sentido: AgRg na Rcl n. 9.165/SP, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 27/2/2013, DJe 4/3/2013 e Rcl n. 2.837/RJ, Relator Ministro Mauro Cambell Marques, Primeira Seção, julgado em 11/5/2011, DJe 17/5/2011.

V - Agravo interno improvido.

(AgInt na Rcl 38.776/MT, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/03/2020, DJe 16/03/2020)

Ante o exposto, indefiro, liminarmente, a reclamação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator